

Timorese parliament approves 2019 General State Budget by majority

Lusa 12 Dec, 2018, 07:39 | economy

The Timor-Leste parliament today approved the General State Budget (OGE) for 2019 in generality, with the favorable votes of the benches of the Government coalition and votes against by the largest opposition force.

The public accounts, among the largest ever, had 40 votes in favor and 25 against.

The text was approved with opposing votes from the largest opposition party, Fretilin, which questioned the priorities of public investments, in particular the excessive investment in infrastructure and large projects and lower investments in areas such as education and health.

The diploma will start to be debated today in the specialty, having already received more than 130 proposed amendments to the Government document.

It will be at this stage that the total value should be increased to include \$300 million for the agreement to purchase Shell's stake in the Greater Sunrise consortium.

Even without taking into account this \$300 million, Timorese public accounts for 2019 are the second highest ever, amounting to about \$1.8 billion.

They include \$350 million for the Ministry of Petroleum and Minerals through the national oil company Timor Gap to purchase the 30% stake ConocoPhillips owns in the consortium for the Greater Sunrise offshore reserve in the Timor Sea.

Globally, and taking into account the increase to \$ 2.1 billion, the Timorese Government will withdraw about \$ 1.8 billion from the Petroleum Fund in 2019, which represents more than \$ 1.3 billion more than the sustainable income.

This withdrawal is necessary to offset the State Budget's non-oil fiscal deficit.

The document foresees that the State will have total revenues of about \$1.3 billion in 2019, of which about \$ 963 million is petroleum, corresponding in particular to \$343.4 million in taxes related to petroleum exploitation and \$619.7 million in interest of the Petroleum Fund.

Non-oil revenues are \$189.3 million, including \$61.6 million in direct taxes, \$74.2 million in indirect taxes and the remainder in fees and charges.

The bill sets a ceiling of \$87 million for public debt to meet the "financing needs related to the construction of strategic infrastructure for the country's development."

The public accounts for the coming year provide for an expenditure of \$214 million in wages and salaries, \$478.3 million in goods and services, \$705.1 million in public transfers (to which will be added \$300 million for Shell), \$400 million for development capital and \$29.4 million for minor capital.

The non-oil fiscal deficit is about \$1.6 billion, financed by approximately \$1.5 billion from the Petroleum Fund (PF), which means that almost 9% of the value of the fund will be withdrawn. At the end of September, the value amounted to more than \$17 billion.

NOTÍCIAS (//WWW.RTP.PT/NOTICIAS)

Parlamento timorense aprova por maioria Orçamento Geral de Estado de 2019

Lusa

12 Dez, 2018, 07:39 | Economia (<http://www.rtp.pt/noticias/economia>)

O Parlamento Nacional timorense aprovou hoje, na generalidade, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, com os votos favoráveis das bancadas da coligação do Governo e os votos contra da maior força da oposição.

As contas públicas, entre as maiores de sempre, tiveram 40 votos a favor e 25 contra.

O texto foi aprovado com os votos contra do maior partido da oposição, a Fretilin, que questionou as prioridades dos investimentos públicos, em particular a excessiva aposta em infraestruturas e grandes projetos e a menor em áreas como educação e saúde.

O diploma vai começar a ser debatido ainda hoje na especialidade, tendo já dado entrada mais de 130 propostas de alteração ao documento do Governo.

Será nesta fase em que o valor total deverá ser aumentado para incluir os 300 milhões do acordo de compra da participação da Shell no consórcio do Greater Sunrise.

Ainda sem ter em conta esses 300 milhões, as contas públicas timorenses para 2019 são as segundas mais elevadas de sempre, ascendendo a cerca de 1,8 mil milhões de dólares (cerca de 1,6 mil milhões de euros).

Incluem 350 milhões para o Ministério do Petróleo e Minerais concretizar, através da petrolífera nacional Timor Gap, a compra da participação de 30% que a empresa ConocoPhillips detém no consórcio dos poços do Greater Sunrise, no Mar de Timor.

Globalmente, e tendo em conta o aumento para 2,1 mil milhões de dólares, o Governo timorense vai levantar cerca de 1,8 mil milhões de dólares do Fundo Petrolífero em 2019, o que representa mais de 1,3 mil milhões acima do rendimento sustentável.

Esse levantamento é necessário para compensar o défice fiscal não petrolífero do OGE.

O documento prevê que o Estado tenha receitas totais de cerca 1,3 mil milhões de dólares em 2019, das quais cerca de 963 milhões são petrolíferas, correspondendo em concreto a 343,4 milhões de impostos relacionados com a exploração petrolífera e a 619,7 milhões de juros do Fundo Petrolífero.

As receitas não petrolíferas são de 189,3 milhões, dos quais 61,6 milhões em impostos diretos, 74,2 milhões em impostos indiretos e o restante em taxas e encargos.

A proposta de lei fixa um teto máximo de 87 milhões de dólares em endividamento público para responder às "necessidades de financiamento relacionadas com a construção de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento do país".

As contas públicas para o próximo ano preveem um gasto de 214 milhões em salários e vencimentos, de 478,3 milhões em bens e serviços, de 705,1 milhões em transferências públicas (a que somarão ainda os 300 milhões para a Shell), de 400 milhões para capital de desenvolvimento e de 29,4 milhões em capital menor.

O défice fiscal não petrolífero é de cerca de 1,6 mil milhões de dólares, financiado em aproximadamente 1,5 mil milhões pelo Fundo Petrolífero (FP), o que implica retirar quase 9% do valor do fundo que, no final de setembro, ascendia a mais de 17 mil milhões de dólares.